



A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Zita Holanda de Paiva
Késia Kelly Vieira de Castro

RESUMO

A inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) representa um compromisso decisivo com a equidade e a diversidade na educação contemporânea. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deste trabalho teve como objetivo principal, analisar o impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão de estudantes com deficiência no contexto educacional, focando nas estratégias e desafios enfrentados pelos profissionais da educação especial/inclusiva. Adotando uma abordagem qualitativa que foi utilizada para explorar as práticas pedagógicas e as experiências dos educadores, permitindo uma interpretação profunda dos fenômenos no contexto natural do AEE. Assim como uma revisão bibliográfica, envolvendo a análise de obras de autores relevantes como Ferreira, Mantoan e Miranda, Kassar, Glat, dentre outros que forneceram uma base teórica adequada sobre o impacto e as práticas do AEE no contexto educacional. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário contendo dez questões abertas, aplicado a uma professora atuante em uma sala multifuncional do AEE, em uma escola pública do interior do Rio Grande do Norte, que abordava as práticas e estratégias adotadas no atendimento aos estudantes com DI e demais deficiências. Os resultados revelam que a falta de documentos norteadores e a ausência de colaboração multidisciplinar são desafios significativos enfrentados pelos profissionais. A pesquisa identificou que a personalização das práticas pedagógicas e a integração da família no processo educacional são estratégias eficazes para promover a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes. No entanto, a carência de recursos adequados e a falta de feedback de outros profissionais limitam a eficácia do AEE. O estudo conclui que, para aprimorar a qualidade do AEE e promover uma inclusão escolar mais eficaz, é essencial a relação escola e família e implementar políticas institucionais que fortaleça a colaboração entre diferentes profissionais e oferecer formação contínua aos educadores. Essas ações podem melhorar significativamente o suporte oferecido aos estudantes com deficiência, contribuindo para uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chaves: Atendimento Educacional Especializado; Inclusão Escolar; Deficiência Intelectual; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The school inclusion of students with intellectual disabilities (ID) represents a decisive commitment to equity and diversity in contemporary education. From this perspective, the main objective of this study was to analyze the impact of Specialized Educational Assistance (AEE) on the inclusion of students with disabilities in the educational context, focusing on the strategies and challenges faced by special/inclusive education professionals. A qualitative approach was adopted to explore the pedagogical practices and experiences of educators, allowing for a deep interpretation of phenomena in the natural context of AEE. Additionally, a

literature review was conducted, involving the analysis of works by relevant authors such as Ferreira, Mantoan and Miranda, Kassar, Glat, among others, who provided an adequate theoretical foundation on the impact and practices of AEE. Data collection was carried out through a questionnaire applied to a teacher working in an AEE multifunctional classroom in a public school in the interior of Rio Grande do Norte. The questionnaire contained ten open-ended questions addressing the practices and strategies adopted in attending to students with ID and other disabilities. The results reveal that the lack of guiding documents and the absence of multidisciplinary collaboration are significant challenges faced by professionals. The research identified that the personalization of pedagogical practices and the integration of the family in the educational process are effective strategies for promoting the inclusion and development of students. However, the lack of adequate resources and feedback from other professionals limits the effectiveness of AEE. The study concludes that, to improve the quality of AEE and promote more effective school inclusion, it is essential to implement clear institutional policies, strengthen collaboration among different professionals, and provide continuous training to educators. These actions can significantly enhance the support offered to students with disabilities, contributing to a more inclusive and equitable education.

Keywords: Specialized Educational Assistance; School Inclusion; Intellectual Disability; Inclusive Education

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é a base para o desenvolvimento e a formação do ser humano, em todos os seus aspectos, é por meio dela que o conhecimento será criado e aperfeiçoado em cada etapa de ensino. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar e/ou suplementar, conforme a necessidade de uma prática pedagógica voltada para as necessidades dos estudantes, mediante estratégias que possibilitem sua autonomia e sua formação como sujeitos ativos dos próprios processos de aprendizagem. Isso se evidencia, principalmente, com relação aos estudantes com Deficiência Intelectual (DI). A inclusão escolar de estudantes com DI e demais deficiências é um artefato ativo da educação atual, presumindo adaptações crescentes com a igualdade e a diversidade no ambiente educacional. Neste contexto, o AEE surge como uma ferramenta decisiva, lançada para apoiar a inclusão desses estudantes e facilitar seu desenvolvimento acadêmico e social. A importância do AEE é evidente em sua função de adaptar o processo educacional às necessidades específicas de cada estudante, proporcionando recursos e estratégias que possibilitam uma participação mais efetiva no ambiente escolar regular.

Para obter uma visão abrangente sobre o tema, foi aplicado um questionário que visa coletar dados diretamente de profissionais da educação envolvidos no AEE. Este questionário abordou aspectos relacionados às estratégias pedagógicas, recursos disponíveis, e as dificuldades encontradas na prática diária do AEE. A análise dos dados coletados permitiu não

apenas a identificação de boas práticas e desafios, mas também a formulação de recomendações para aprimorar o AEE e promover uma inclusão escolar mais eficaz.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para a melhoria das práticas de AEE, oferecendo compreensão valiosas sobre como superar obstáculos e otimizar o suporte aos estudantes com Deficiência Intelectual, ao explorar as experiências e percepções dos profissionais da educação. De acordo com Figueiredo, Poulin e Gomes (2010, p. 16), o professor do Atendimento Educacional Especializado “[...] deve propor atividades que estimulem o desenvolvimento conceitual do estudante com Deficiência Intelectual, além de propor situações e vivências que possibilitem a esse estudante organizar seu pensamento operatório”, e que fornece uma base sólida para a implementação de estratégias mais eficientes e inclusivas, promovendo uma educação que atenda a todas as necessidades dos estudantes, assim como, analisar o impacto do AEE na inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual, identificando estratégias eficazes e desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos. Para alcançar esse objetivo, propõe-se investigar as políticas e legislações que regem o AEE e a inclusão de estudantes com DI, identificar as características e necessidades desses estudantes, e examinar as práticas pedagógicas e recursos utilizados no AEE. “[...] o estudante com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza” (BRASIL, 2007, p.22).

O objetivo deste estudo foi analisar o impacto do AEE na inclusão escolar de estudantes com DI, identificando estratégias eficazes e os desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos. Além disso, a pesquisa avaliou o papel dos profissionais (professores especializados e equipe multidisciplinar) envolvidos no AEE, bem como explorar os desafios enfrentados na implementação de práticas inclusivas em uma Escola pública da cidade da cidade de Lucrécia, no semiárido potiguar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Políticas nacionais para a Educação Especial

No decorrer dos anos de 1950 e início dos anos 1960, aconteceu a primeira forma de Política Nacional no Brasil direcionada à Educação Especial, sendo considerada uma “educação para excepcionais” ou “educação de deficientes”. Como diz Oliveira (2004, p. 64), nessa política está explícito o caráter assistencial e terapêutico da educação especial, permanecendo

até 1990, quando um documento do Ministério de Educação e Cultura (MEC) começa a considerar a educação para todos e uma perspectiva de interpretação como educação escolar.

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 7).

Como forma de integrar os estudantes com deficiência na escola, que até então não tinha direito de frequentar essa instituição, a Política Nacional para a Educação Especial, previa um modelo mais assistencial terapêutico do que mesmo educativo, porém, ainda era uma política que inseria, mas separava em classes especiais com atendimento diferenciado, permanecendo assim, um espectro segregador e discriminatório para o atendimento a criança com deficiência. Esta versão política para a educação especial está expressa no Decreto Legislativo nº 186, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, presente na emenda constitucional. A presente publicação contempla enunciados dos novos marcos normativos, resgatando o propósito da Lei 10.172/2001 que institui o Plano Nacional de Educação com validade até 2010, o qual mostra o grande avanço presente para a educação especial, garantindo o atendimento à diversidade humana.

A Política Nacional da Educação Inclusiva procura discutir e praticar os preceitos legais expostos na Constituição Federal de 1988, a qual referia como objetivo da educação fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3, inciso IV). Este amplificador legal ampara a necessidade de promover políticas públicas que garantam a Educação Especial à efetividade de padrões educativos igualitários, resguardando as crianças com deficiência de qualquer tipo de preconceito e de outras formas de discriminação, perspectivas legais que deram respaldo legal a Educação Inclusiva como política pública para a proteção a educação especial, como modalidade educativa de direito e respeito à diversidade humana.

Podemos perceber que nesses últimos anos, o Brasil tem conseguido avanços significativos em sua legislação para garantir a todos os estudantes o acesso à educação. Por meio de leis, decretos, pareceres e resoluções, os sistemas de ensino têm sido orientados a atuar de maneira que a Educação Especial complemente, e não substitua a escolarização na escola regular. Entre os documentos mais recentes, destacam-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e o Decreto nº 7.611, de 17 de

novembro de 2011, que têm sido fundamentais para orientar as práticas educacionais e promover a inclusão de todos os estudantes.

2.2 A Educação Inclusiva: um paradigma de uma escola para todos

A Educação Inclusiva implica necessariamente um modelo educativo para mudar a visão política, social e educativa que a sociedade tem ainda acerca da educação especial, termo que por muito tempo representou uma educação para deficientes, os quais eram isolados socialmente e a educação era considerada a percussora desta visão distorcida, podendo mudar o pensar o agir do homem sobre os que apresentam algum tipo de deficiência.

Dessa forma, são inúmeros desafios para a garantia da inclusão escolar, pois um deles ainda existente é o preconceito, tanto da sociedade, como também da escola que ainda não está de fato, preparada para receber esses estudantes. Desde a década de 90, no Brasil, foram diversas mudanças socialmente ocorridas em relação ao paradigma da escola inclusiva, tendo como público-alvo principal, os estudantes com deficiência, que antes participavam de um processo social e educativo separado. Esta visão abrange a Educação Inclusiva para além do discurso e dos amplificadores legais, envolve desde as concepções que a escola tem acerca das diferentes deficiências, a maneira de perceber e integrar o estudante com deficiência, sabendo avaliar seu rendimento a partir de seu potencial, limitações e habilitações educativas, ou seja, a escola inclusiva é todo o repensar teórico e prático da escola regular para receber, acolher, educar e respeitar as diferenças, sem permitir que a exclusão aconteça, por qualquer razão. Segundo Mantoan:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os estudantes com e sem deficiências possam exercer o direito a educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças (MANTOAN, 2007, p. 45)

A educação como um direito humano, deve ter uma concepção de uma única educação para todos, porém sendo capaz de trabalhar com a diversidade, sem excluir, integrando aqueles sujeitos que, muitas vezes estão à margem da sociedade, porque a desigualdade social lhe exclui por ser diferente. Nesse sentido, Mills (1999) afirma que o princípio que deve orientar a Educação Inclusiva é o de que todos devem participar da educação que se propõe a ser para todos. Isso significa que devem aprender juntos, sempre que possível, levando em consideração suas dificuldades e diferenças em classes heterogêneas.

O paradigma da educação para todos, parte do princípio de que a heterogeneidade produz troca recíproca de culturas e de aprendizagens, onde todos devem conhecer todos, e aprenda a respeitar as diferenças e relativizá-las. Todos os sujeitos, tem suas limitações, habilidades e valores diferentes, as quais, a interação pode ser extrapolada ou aperfeiçoada.

A escola diferente não pode existir mais, numa sociedade que respeita os direitos humanos e que defende o lema da educação para todos, onde a inclusão deve ser discurso e prática escolar, e não apenas conceitos estabelecidos legalmente, pois a legalidade se faz mediante as ações praticadas pela escola regular para receber todos e que todos aprendam a defender a diversidade dentro da educação. Para Mantoan (2007) a escola deve passar por uma transformação, que não seja apenas uma mera exigência de inclusão, mas encarando como um compromisso, tendo como consequência a inclusão de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem. Baseando-se no pensamento de Carvalho:

O que se pretende na Educação Inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos estudantes, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

Consequentemente, e por simples analogia, a Educação Inclusiva, em sua essência, significa assegurar a todos os estudantes, independentemente de sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiologia, a igualdade de oportunidades educativas em interação com todas. Assim, compreende-se que a educação para todos deve ser um princípio entendido, não apenas pelo livre acesso da criança a educação, mas assegurar o direito de aprender a todos os tipos de estudantes, protegendo-o da exclusão, como mecanismo da desigualdade social, pois a escola inclusiva é a escola onde todos são defendidos da exclusão social.

2.3 Os desafios e contrapontos para a efetivação da Educação Inclusiva

Mesmo diante das discussões sobre as conquistas legais que se estabeleceram, é necessário considerar que a Educação Inclusiva, ainda não é fato realmente resolvido, pois há muitos desafios a serem enfrentados e barreiras a serem ultrapassados, para que realmente a Educação Inclusiva seja a realidade vivenciada dentro das escolas brasileiras e para que os

caminhos da escola regular estejam realmente abertos para a criança com necessidades especiais.

É notório que no Brasil, além da Constituição Federal, diversas outras leis asseguram os direitos de crianças e adolescentes com deficiência. Entre elas estão a Convenção dos Direitos da Criança, a Lei nº 7.853/89, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90. Esta última estabelece, em seu artigo 55, que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Nos anos 1990, documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) começaram a impactar fortemente a formulação de políticas públicas voltadas para a Educação Inclusiva no Brasil. Isso resultou em avanços significativos na legislação brasileira, garantindo o direito à educação na rede regular de ensino e promovendo a inclusão de estudantes com deficiência, tanto em escolas públicas quanto privadas.

Embora tenha havido um progresso substancial na legislação e na aceitação de estudantes com deficiência, o processo de inclusão plena ainda está em fase de transição, como destaca Ferreira (2009). Apesar das melhorias, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios para alcançar a total inclusão desses estudantes. Sabemos, pois, que a inclusão não é um processo fácil, haja vista que ela surge como uma postura contrária à exclusão. Ou seja, só se discute ou se pratica a inclusão quando se considera que alguém está sendo excluído, e não concordamos com tal atitude. Diante disso, passamos a acreditar que a inclusão é o meio para romper com a discriminação e a desigualdade humana.

Na tentativa de amenizar barreiras na Educação Inclusiva, é crucial discutir a lacuna na formação inicial e continuada dos professores nesse âmbito. Nas escolas inclusivas da rede pública de ensino, é essencial contar com docentes preparados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. No entanto, há um déficit evidente de profissionais qualificados, com experiência, e muitas vezes formação em educação especial, o que representa um grande desafio para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Na visão de Costa (2010, p. 531), “A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos estudantes, considerando diversas possibilidades educacionais”

Esses profissionais precisam de apoio técnico e de cursos de formação que os preparem para compreender e lidar com a Educação Inclusiva em sala de aula, desenvolvendo competência profissional para elaborar propostas de ensino que atendam às diferentes formas

de aprender. Afinal, cada criança tem sua maneira peculiar de construir conhecimento, e o professor deve se esforçar para conhecer as peculiaridades presentes no processo de ensino-aprendizagem.

Compreendemos assim, que a Educação Inclusiva deve ter todo um aparato de mudanças políticas pedagógicas, mudando sua estrutura de planejar, acompanhar e avaliar o rendimento da aprendizagem dos estudantes com deficiência, de modo que eles consigam avançar dentro de suas possibilidades, e que o professor tenha conhecimento e formação na área para conseguir avaliar seu progresso, considerando as habilidades e capacidades individuais. Segundo Vieira, Ramos e Simões (2023), a inclusão de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento exige currículos escolares adaptados que favoreçam a participação ativa de todos, pois aprender é um processo individual e não homogêneo.

Percebemos, então, que o maior desafio da Educação Inclusiva é construir, dentro da escola regular, um projeto de ensino inclusivo, bem como aprender a lidar com as crianças com necessidades especiais, promovendo sua aprendizagem de acordo com as condições individuais de cada uma. Esse desafio se intensifica diante das limitações que as escolas enfrentam, seja no âmbito pedagógico, político, social, financeiro, físico ou na efetivação das leis, que muitas vezes ficam apenas no discurso.

2.4 Deficiência Intelectual

A Deficiência Intelectual é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que se manifestam nas habilidades conceituais, sociais e práticas. “A Deficiência Intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro” (HONORA e FRIZANCO, 2008, p. 103). Essas limitações podem afetar a capacidade de aprendizagem e a adaptação aos ambientes escolares tradicionais.

Estudantes com deficiência intelectual enfrentam diversas barreiras e desafios no ambiente escolar, que vão desde dificuldades de aprendizado até problemas de comunicação e interação social. O AEE busca identificar e eliminar essas barreiras, proporcionando recursos e estratégias que ajudem os estudantes a superarem esses obstáculos. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e metodologias de ensino diferenciadas. A importância do AEE para a inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual é inegável, pois garante que eles tenham acesso a uma educação de qualidade,

respeitando suas particularidades e promovendo seu desenvolvimento integral. Através de adaptações curriculares, desenvolvimento de habilidades, suporte aos professores e promoção da participação social, o AEE desempenha um papel essencial na construção de um ambiente escolar inclusivo, onde todos os estudantes possam aprender e se desenvolver plenamente.

A Deficiência Intelectual não pode ser percebida de forma abstrata ou descontextualizada das práticas sociais, assim, ao falar sobre a condição de Deficiência Intelectual, obrigatoriamente temos algo a dizer sobre as relações entre as pessoas e o processo de mediação que se estabelecem circunscritas num contexto cultural, histórico e social, e desta forma, também no da escola, como centro gerador de interpretações que imputa significado às diferenças (OLIVEIRA, 2012, p.16).

A deficiência intelectual representa um desafio tanto para a escola quanto para a organização do atendimento especializado, especialmente no que diz respeito à maneira como os estudantes adquirem conhecimento. Um aspecto vital é a dinâmica das relações dentro da sala de aula. O professor precisa interagir ativamente com os estudantes e observar atentamente como eles desenvolvem suas próprias formas de pensar. Esse envolvimento permite ao professor mediar eficazmente as situações de aprendizagem, tornando-se também um aprendiz dos processos de desenvolvimento dos estudantes. Dessa forma, o educador aprende mais sobre o processo de aprendizado e reconhece que cada estudante, seja com deficiência intelectual ou qualquer outro tipo de deficiência, tem uma maneira particular de compreender e lidar com o conhecimento. Ou seja:

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com estudantes tanto com Deficiência Intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada estudante é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre (HONORA e FRIZANCO, 2008, p. 107).

Na concepção de Vygotsky (1997), as pessoas com deficiência possuem potencialidades e aptidões. No entanto, para que possam se desenvolver plenamente, é necessário oferecer condições materiais e instrumentais adequadas. É importante oferecer a essas pessoas uma educação que estimule a absorção da cultura histórica e socialmente relevante, proporcionando melhores possibilidades de desenvolvimento. Sabemos que cada criança é única e merece um olhar individualizado, considerando suas limitações e necessidades. Isso não se deve apenas à falta de autonomia, mas também à bagagem que cada uma possui e ao nível de autonomia que já alcançou. Todas as pessoas têm habilidades e realizações, independentemente de terem deficiência ou não. Crianças com deficiência intelectual e outras deficiências precisam de apoio

pedagógico apropriado, atenção especializada e adequações curriculares. No entanto, além das intervenções, o que elas mais precisam é que acreditemos em seu potencial.

2.5 Definição e Objetivos do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço educacional destinado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. De acordo com Santos e Cavalcante (2023), o AEE é um recurso fundamental para a alfabetização de crianças com deficiência intelectual, oferecendo mediação pedagógica adequada para o desenvolvimento intelectual desses estudantes. Ele é caracterizado por um conjunto de atividades, recursos e estratégias pedagógicas que complementam e/ou suplementam a formação desses alunos, visando promover sua autonomia, participação social e acesso ao currículo escolar regular. Além disso, o AEE identifica, desenvolve e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras à plena participação dos estudantes, levando em consideração suas necessidades específicas.

As atividades realizadas no AEE diferem daquelas realizadas em sala de aula e não substituem a escolarização regular. Ele foi implantado nas unidades escolares a fim de superar os desafios e melhorar os aspectos que envolvem a Educação Inclusiva, auxiliando os professores que trabalham com essas crianças (RODRIGUES, 2021, p. 25). Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes, promovendo sua autonomia e independência na escola e fora dela. Entre as atividades oferecidas no atendimento educacional especializado estão programas de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Durante todo o processo de escolarização, o AEE deve estar integrado à proposta pedagógica do ensino regular. Além disso, deve ser monitorado e avaliado por meio de instrumentos que possibilitam o acompanhamento da oferta educativa nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados, sejam eles públicos ou conveniados

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2009, p.2).

De acordo com a legislação brasileira, especificamente o Decreto nº 7.611/2011 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE é definido como um atendimento que se realiza no turno inverso ao da escolarização regular e pode ocorrer em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas especiais ou centros de atendimento especializados. Este serviço deve ser realizado por professores com formação específica em educação especial, que desenvolvem atividades e utilizam recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras para a plena participação dos estudantes.

As Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes equipados com materiais didáticos, pedagógicos, mobiliário e recursos de acessibilidade para proporcionar o Atendimento Educacional Especializado. Esses espaços permitem que estudantes com deficiência intelectual avancem de uma posição de 'não saber' ou 'recusa de saber' para a apropriação consciente de um saber próprio, construído por eles mesmos.

Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, inicia-se um novo marco legal, teórico e organizacional na educação brasileira. A implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa uma modalidade de acompanhamento complementar ou suplementar à formação de estudantes com deficiência, sem substituir a educação escolar regular. Segundo Mantoan (2010), essa política traz uma nova interpretação da Educação Especial, com especificidades legais e organizacionais próprias.

Atualmente, a educação para pessoas com deficiência assegura que todos os indivíduos, incluindo aqueles com graves limitações, tenham o direito de acessar e permanecer em ambientes escolares inclusivos. Isso está alinhado com os princípios defendidos por autores contemporâneos, como Miranda (2022), que destacam que o direito à educação envolve não apenas a integração em ambientes educacionais, mas também o desenvolvimento pleno e a preparação para a cidadania. É essencial que adaptações e recursos sejam utilizados apenas quando há uma necessidade específica que não pode ser atendida por métodos convencionais, como enfatizado por Silva e Oliveira (2023), que ressaltam a importância da individualização dos atendimentos para estudantes com necessidades especiais.

Além disso, o atendimento especializado deve ser oferecido preferencialmente no mesmo ambiente escolar dos demais estudantes. Costa (2024) sugere que adaptações, como intérpretes de língua de sinais ou tecnologias assistivas, não devem substituir o papel do professor regular. Se for necessário um atendimento separado, é fundamental garantir que isso não interfira no acesso da criança ou adolescente com deficiência às aulas regulares. Santos (2023) sugere que a integração contínua deve ser a prioridade.

É crucial enfatizar que a educação especializada não deve ser confundida com atendimentos clínicos. Embora atendimentos clínicos possam ser necessários, eles não devem afetar o direito do estudante à educação regular, conforme abordado por Almeida e Pereira (2022). Assim, a inclusão deve ser garantida sem que a participação em programas especializados seja uma condição obrigatória para o acesso ao ensino regular, como defendido por Lima e Rocha (2024), que ressaltam a importância de não forçar a participação em programas especializados como requisito para a inclusão.

As etapas e modalidades do ensino em escolas regulares, oferecidas prioritariamente em todos os níveis juntamente com o AEE, visam articular o atendimento escolar e especializado, facilitar o acesso e o suporte ao estudante com deficiência e sua família, e promover a convivência sem discriminação e a aprendizagem. O atendimento especializado é obrigatório para os sistemas de ensino, embora a matrícula do estudante com deficiência seja opcional.

Conforme o Decreto nº 6.517/2008, art. 1º, parágrafos I e II,

- I - Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes no ensino regular.
- II - O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Para a realização do AEE, segundo o art. 3º, o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às ações para a oferta desse atendimento.

- I - Implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II - Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a Educação Inclusiva;
- IV - Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - Elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VI - Estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Os principais objetivos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) incluem a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade. Esses objetivos são alcançados por meio da criação de planos de atendimento individualizado (PAI) para cada estudante, visando atender às suas necessidades educacionais especiais de maneira personalizada. Além de oferece suporte e orientação aos professores do ensino regular para que

possam adaptar suas práticas pedagógicas e estratégias de ensino e promover a inclusão dos estudantes com deficiência na sala de aula comum.

O AEE tem a finalidade de estimular autonomia e a independência dos estudantes com deficiências, desenvolvendo suas habilidades cognitivas, motoras, comunicativas, sociais e emocionais, assim como excitar a participação social e escolar dos estudantes, assegurando o direito à educação de qualidade em igualdade de condições com os demais. Dessa forma, o AEE facilita o acesso ao currículo escolar ao adaptar conteúdos, atividades e avaliações às necessidades e potencialidades dos estudantes, colaborando estreitamente com a família e outros profissionais, como terapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos, para garantir um atendimento integrado e holístico ao estudante, promovendo uma abordagem educativa inclusiva e eficaz.

O AEE desempenha um papel fundamental ao trabalhar diretamente com os professores do ensino regular. Ele fornece a formação necessária para que esses educadores possam ajustar suas abordagens e metodologias para melhor atender aos alunos com Deficiência Intelectual. Esse suporte ajuda a garantir que esses estudantes possam participar plenamente das atividades escolares e se integrar com seus colegas, promovendo uma experiência educacional mais inclusiva e equitativa.

3 METODOLOGIA

Aplicou-se a abordagem qualitativa para compreender melhor o contexto do problema, alinhando-se à concepção de Flick (2009) que a caracteriza por seu caráter interpretativo e por adotar uma abordagem naturalística na análise do mundo, ou seja, os pesquisadores estudam os fenômenos em seus contextos naturais, buscando compreender e interpretar como as pessoas atribuem significados a esses fenômenos

Além ser uma pesquisa qualitativa, também é uma pesquisa bibliográfica, já que para construir uma fundamentação teórica, foi necessário coletar informações com base em materiais já elaborados, a partir de livros, artigos científicos e demais materiais de caráter acadêmico (Gil, 1987). Na concepção das autoras Lakatos e Marconi (2010, p. 43), a pesquisa bibliográfica “trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”, a fim de direcionar ao pesquisador um contato direto com o material já escrito, para que se possa confrontá-lo; e estudo de campo, pois é um meio de coletar informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou uma hipótese, que se anseie confirmar, ou, ainda, descobrir novos dados ou as

semelhanças entre eles. O estudo de campo incide na observação de acontecimentos e fatos (Lakatos e Marconi, 2010).

Diante disso, para o desenvolvimento desta pesquisa e com o objetivo de coletar dados, foi aplicado um questionário com dez questões abertas a uma professora do AEE que atua na sala multifuncional de uma escola pública da cidade de Lucrécia/ RN, abordando o conhecimento e as práticas do educador na sala de multifuncional do AEE. Na definição de Marconi e Lakatos (2010, p.184), o questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Para isso, o levantamento dos resultados aconteceu de forma contínua, participativa, com a intenção de identificar as práticas e estratégia que o educador utiliza para desenvolver a aprendizagem do estudante com Deficiência Intelectual e demais deficiências.

Para apoiar o desenvolvimento desta pesquisa, discutimos legislações e concepções de autores que abordam o impacto do AEE na inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual. Identificamos estratégias eficazes e desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos, baseando-nos em trabalhos de Ferreira (2009), Mantoan (2010), Miranda (2022), Carvalho (2005), BRASIL (2009), Vygotsky (1987) e outros que destacam a importância do AEE na inclusão escolar.

4. REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DA IMPORTÂNCIA DO AEE NA INCLUSÃO ESCOLAR

4.1 O *lócus* da pesquisa

A pesquisa foi conduzida em uma escola pública localizada na cidade de Lucrécia, no interior do Rio Grande do Norte. A instituição possui um projeto político-pedagógico atualizado e ativo, e desenvolve projetos que abordam temas da realidade, como o Diário de Leitura e o Sarau Poético. De acordo com o Projeto Político Pedagógico - PPP (2024) da escola, o projeto Diários de Leitura é uma oportunidade de explorar a literatura, agregando o letramento literário entre seus atores; estudantes, professores, funcionários e família; sem quebras, sem interrupções sem separação do conhecimento e sensibilidade, trata-se de um desafio que precisa ser assumido por pesquisadores e professores, ou melhor, por professores-pesquisadores como exige formação, é notório entender que o gosto é produzido historicamente de forma coletiva, e para que seja possível compreender o gosto e superar o desgosto ou contragosto em relação a leitura

é preciso reescrever e recontar a história quantas vezes for necessário. Portanto, o referido projeto é desenvolvido através de oficinas, sequências didáticas, orientação das visitas à biblioteca, confecção dos diários para registros de leituras, das produções textuais e outras ações que passaremos a descrever nesse momento.

4.2 Dados da professora, sujeitos da pesquisa e metodologias utilizadas

A pesquisa foi realizada com uma professora que atua tanto na sala multifuncional (AEE) quanto como professora de educação especial em sala de aula. Ela é formada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, tem pós-graduação em Ludo pedagogia e Literatura na Educação infantil e nos anos iniciais pela (FAVENI), Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais(FI), Educação Especial e Inclusiva e Transtorno do Espectro Autista (TEA), (FI), Ensino de Língua português e matemática, numa perspectiva transdisciplinar (IFRN), e em Atendimento Educacional Especializado AEE pela Universidade Federal Rural do Semi- Árido (UFERSA). Atualmente, atua como professora de educação especial na rede municipal e estadual, ambos como contrato temporário.

A princípio, foi observada a metodologia da professora na sala multifuncional, que é composta por estudantes que apresentam algum déficit de aprendizagem ou alguma deficiência, inclusive, intelectual.

Para iniciar o processo de análise do questionário, dividimos as questões, por categorias, nas quais serão introduzidos indiretamente alguns relatos que a professora enfatizou em suas respostas.

4.2.1 Legislações e Políticas

Assim, entendendo a importância do AEE na inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual, iniciamos a discussão das respostas dadas ao questionário, com a seguinte questão: Quais são as principais legislações e políticas que orientam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em sua instituição?

“Infelizmente a escola não disponibilizou documentos norteadores que pudesse embasar na minha prática. Toda organização foi com base nos meus conhecimentos e estudos feitos a parti disso fui me adequando a realidade de cada estudante”.

Basear-se apenas no conhecimento e na experiência pessoal pode resultar em um cenário de improvisação, que pode não ser sustentável a longo prazo. A falta de documentos norteadores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa uma lacuna significativa na estrutura organizacional e administrativa da escola. Isso destaca a necessidade urgente de uma política institucional clara que ofereça suporte e orientação adequados aos professores. Tal política deve ser construída com base em legislações nacionais e internacionais sobre Educação Inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Segundo Mantoan (2007), a falta de documentos norteadores e políticas bem definidas é um grande desafio para a implementação eficaz do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) enfatiza a importância de diretrizes claras e acessíveis para orientar os profissionais da educação.

Prosseguindo com o questionário, em outra pergunta indagamos: Quais são as principais características e necessidades dos estudantes com Deficiência Intelectual que você atende no AEE?

“O estudante atendido com Deficiência Intelectual no AEE é um estudante de 16 anos de idade está no sétimo ano do ensino fundamental e não é alfabetizado. O discente é calmo, tranquilo e muito respeitador, porém sua interação social é muito limitada, não se socializa e nem gosta de compartilhar experiências de vida nem acadêmica. Gosta de atividades atrativas e lúdicas. Participa das atividades que envolvem a matemática de forma significativa, inclusive é um componente curricular que o sujeito mais gosta. Ao se falar de suas necessidades o estudante precisa de uma professora de educação especial, para adaptara atividades de acordo com suas necessidades e limitações”.

A resposta da professora revela que o perfil do estudante descrito na resposta nesse questionário, evidencia características comuns a muitos estudantes com Deficiência Intelectual, destacando a importância de uma abordagem pedagógica que seja centrada nas necessidades e interesses individuais. A dificuldade em socializar e a falta de alfabetização aos 16 anos indicam que o estudante enfrentou desafios significativos ao longo de sua trajetória educacional. A lacuna na alfabetização pode estar relacionada a diversos fatores, como a ausência de intervenção precoce adequada, práticas pedagógicas inadequadas ou um ambiente educacional que não atendeu às suas necessidades específicas. Glat (2010) destaca que estudantes com Deficiência Intelectual apresentam diversas necessidades específicas que requerem adaptações pedagógicas e um ambiente de aprendizagem que favoreça seu desenvolvimento. A importância de atividades lúdicas e atrativas, conforme mencionada na resposta, é corroborada por Kassar

(2011), que defende a utilização de métodos que despertem o interesse dos estudantes e promovam sua interação e participação ativa no processo educativo.

4.2.2 Estratégias Pedagógicas

Sobre as estratégias pedagógicas, levantamos a seguinte pergunta: Quais estratégias pedagógicas você utiliza para promover a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes com Deficiência Intelectual no AEE?

“Mediante minha prática sempre procuro inicialmente uma conversa com a família, procuro saber sobre a história de vida da criança da família e principalmente do currículo acadêmico do estudante, após esse amparo vou fazer uma sondagem do estudante e fazer minhas observações mediante seu comportamento, procurar saber do que o estudante já domina, e a partir daí eu crio um plano de atendimento educacional especializado específico para ele. Levando em consideração todas suas limitações, levando em consideração toda sua bagagem que o estudante vem consigo. As estratégias acontecem muito naturalmente, pois a cada dia uma nova descoberta e nova aprendizagem, onde esse plano pode mudar cotidianamente”.

A abordagem descrita na resposta, enfatiza uma prática pedagógica reflexiva e adaptativa por parte da educadora, que é fundamental no contexto do Atendimento Educacional Especializado. O envolvimento da família no processo educacional é uma estratégia eficaz que garante que as práticas pedagógicas estejam alinhadas com o contexto de vida do estudante. Compreender a história e o ambiente familiar do estudante proporciona compreensão valiosas sobre suas necessidades e preferências, permitindo uma abordagem mais personalizada e humanizada. Dessa forma, a prática de envolver a família e considerar o histórico de vida do estudante é uma abordagem recomendada por Mantoan (2007), que enfatiza a importância da parceria entre escola e família para uma Educação Inclusiva eficaz. A criação de um plano de atendimento individualizado também está alinhada com os princípios da inclusão, que demandam estratégias personalizadas e flexíveis (Glat, 2010). Na concepção dos autores, é viável desenvolver um planejamento voltado para a necessidade do estudante e refletir sobre a importância de uma educação que reconheça e responda às necessidades diversas dos estudantes, promovendo não apenas a inclusão, mas também a equidade e o respeito à diversidade.

4.2.3 Recursos Utilizados

Perguntamos também sobre quais recursos (materiais, tecnológicos, humanos) são utilizados no AEE para apoiar o aprendizado dos estudantes com Deficiência Intelectual.

“A sala ao qual é desenvolvida as atividades não é a melhor e nem a adequada, portanto muitas atividades são adaptadas e produzidas para chegar ao objetivo desejado para os estudantes, o uso das tecnologias é chamativo para eles, alguns dominam bem o computador, mesmo não sendo alfabetizado. A escola disponibiliza materiais pedagógicos, mas muitos precisam ser produzidos devido as necessidades e limitações de alguns discente”

Podemos perceber que a educadora se esforça para colocar em prática seus conhecimentos. Sabemos que a adequação do ambiente de aprendizagem é fundamental para garantir que as necessidades físicas e sensoriais dos estudantes sejam atendidas. Isso inclui não apenas o espaço físico, mas também os recursos materiais e tecnológicos que são cruciais para o desenvolvimento das competências dos estudantes. No entanto, a adequação do ambiente escolar e a disponibilidade de recursos são fatores cruciais para a efetividade do AEE. Kassar (2011) aponta que a falta de recursos apropriados pode limitar o potencial de aprendizagem dos estudantes com Deficiência Intelectual. Em um ambiente inclusivo, é essencial que as escolas não apenas ofereçam materiais comuns, mas também assegurem que os recursos sejam adaptados às necessidades específicas dos estudantes, garantindo acessibilidade e equidade no processo de aprendizagem. A utilização de tecnologias, mesmo quando adaptadas, é uma estratégia válida para engajar os estudantes e promover seu desenvolvimento.

4.2.4 Impacto das Estratégias e Recursos

Ainda relacionado as estratégias, perguntamos: Como você avalia o impacto dessas estratégias e recursos na inclusão escolar dos estudantes com Deficiência Intelectual?

“Definindo claramente os objetivos da inclusão escolar para estudantes com DI, como melhoria no desempenho acadêmico, aumento da participação social, desenvolvimento de habilidades de vida independente, estabelecendo metas específicas que possam ser mensuradas para determinar o sucesso das estratégias e recursos implementados. Escolhendo estratégias e recursos que sejam baseados em evidências e adequados às necessidades individuais dos estudantes com DI, Certificando de que as estratégias sejam flexíveis o suficiente para se adaptarem às mudanças nas necessidades e habilidades dos estudantes ao longo do tempo”.

Uma resposta bem interessante, pois a professora destaca uma abordagem estruturada e orientada por objetivos, o que é vital para a avaliação e o ajuste das práticas no AEE. Definir

objetivos claros e específicos é decisivo para medir o impacto das intervenções e garantir que as necessidades dos estudantes sejam efetivamente atendidas. A ênfase na flexibilidade das estratégias reflete uma compreensão de que as necessidades dos estudantes podem mudar, e que as práticas educacionais devem evoluir em resposta a essas mudanças. Além disso, a utilização de abordagens baseadas em evidências assegura que as estratégias adotadas sejam eficazes e apropriadas, apoiando o desenvolvimento contínuo e o sucesso educacional dos estudantes. A implementação de metas mensuráveis permite um acompanhamento mais preciso do progresso, facilitando ajustes conforme necessário para melhor atender às necessidades dos estudantes. Glat (2010) e Mantoan (2007) afirmam que a definição de objetivos claros e mensuráveis é essencial para avaliar o impacto das estratégias de inclusão. A flexibilidade das estratégias mencionada na resposta é crucial, pois permite ajustes conforme as necessidades e progressos dos estudantes, promovendo um desenvolvimento contínuo e adaptativo. Ou seja, estabelecer metas bem definidas e ajustáveis, permite monitorar e aprimorar constantemente as práticas de inclusão, garantindo que elas atendam de forma eficaz às necessidades individuais dos estudantes, promovendo assim seu desenvolvimento integral.

4.2.5 Desafios

Em relação aos desafios, o questionamento foi: Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com estudantes com Deficiência Intelectual no AEE?

“Sem dúvidas o principal desafio era o contexto multidisciplinar do estudante, o planejamento com os demais profissionais ao qual o estudante tinha suporte. Nunca tinha como acontecer algo que era essencial para o desenvolvimento do estudante”.

Resposta breve, mas nos revela um problema significativo de integração e colaboração no ambiente educacional. A falta de coordenação entre os diferentes profissionais que trabalham com o estudante pode resultar em abordagens fragmentadas e menos eficazes para o apoio educacional. A implementação de um plano de Educação Inclusiva requer a colaboração interdisciplinar contínua, que envolve professores, psicólogos, terapeutas e outros especialistas, para garantir que todas as áreas de necessidade do estudante sejam abordadas de forma coerente e unificada. O desafio destacado aqui aponta para uma necessidade urgente de melhoria na comunicação e no planejamento colaborativo, que são fundamentais para criar um ambiente educacional que realmente suporte o desenvolvimento pleno dos estudantes com Deficiência Intelectual. A colaboração multidisciplinar é um dos pilares da Educação Inclusiva, conforme destacado por Kassir (2011). A ausência de um planejamento integrado e colaborativo pode comprometer o desenvolvimento do estudante, uma vez que a Educação Inclusiva requer a

atuação conjunta de diversos profissionais para atender às múltiplas necessidades dos estudantes.

4.2.6 Colaboração com Outros Profissionais

Em relação ao trabalho em equipe. Como você colabora com outros profissionais (equipe multidisciplinar) para implementar práticas inclusivas no AEE?

“Não tinha essa colaboração pelo simples fato de não existir planejamento direcionado e específico para o estudante, então o acompanhamento se frisava somente a mim”.

A professora foi direta e sincera ao destacar a falta de um planejamento direcionado e específico para o estudante. Ela apontou que a falta de colaboração com outros profissionais representa uma lacuna crítica na implementação do AEE. Essa situação impõe uma carga significativa ao professor, que precisa atuar sem o suporte e a perspectiva de uma equipe multidisciplinar. O acompanhamento fragmentado pode resultar em intervenções menos eficazes, uma vez que a integração de diferentes perspectivas e conhecimentos especializados é essencial para abordar as complexas necessidades dos estudantes com Deficiência Intelectual. Essa resposta destaca a necessidade de uma estratégia de Educação Inclusiva que incorpore planejamento e colaboração sistemáticos entre todos os profissionais envolvidos no processo educativo, garantindo uma abordagem holística e integrada. Mantoan (2007) ressalta a importância da colaboração entre professores, especialistas e demais profissionais da educação para a eficácia do AEE, sendo que a falta de planejamento específico impede uma abordagem integrada e coordenada, essencial para o desenvolvimento holístico do estudante.

4.2.7 Necessidades de Formação

Em outra pergunta, indagamos: Quais são as suas principais necessidades de formação e capacitação para melhorar seu trabalho no AEE?

“Sou formada em pedagogia e tenho algumas especializações”.

Sabemos que o desenvolvimento profissional contínuo é essencial para equipar os educadores com as habilidades necessárias para enfrentar os desafios do AEE e implementar práticas eficazes que promovam o aprendizado e o desenvolvimento dos estudantes. Glat (2010) destaca que a formação específica em educação especial capacita os educadores a lidarem melhor com as necessidades dos estudantes com Deficiência Intelectual, promovendo práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas. No entanto, é viável destacar a importância de oportunidades regulares de capacitação que sejam focadas nas necessidades específicas do

ensino inclusivo. A formação contínua e a especialização são essenciais para os profissionais que atuam no AEE.

4.2.8 Melhoria do AEE

Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a qualidade do Atendimento Educacional Especializado para estudantes com Deficiência Intelectual?

“Acredito que o trabalho em conjunto a coletividade multidisciplinar ajudaria muito para o sucesso não só os estudantes com Deficiência Intelectual, mas sim para todos aquela que precisa de um Atendimento Educacional Especializado. O trabalho coletivo pode fazer muitos diferença na vida academia e social do estudante”.

A professora enfatiza a importância da colaboração multidisciplinar, pois trabalhar em conjunto com uma equipe diversificada de profissionais permite uma abordagem holística que abrange todas as dimensões do desenvolvimento do estudante, incluindo aspectos acadêmicos, sociais, emocionais e físicos. A importância do trabalho colaborativo é amplamente discutida por autores como Kassar (2011) e Mantoan (2007).

A criação de um ambiente de trabalho cooperativo, onde psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, e outros especialistas compartilham informações e desenvolvem planos de intervenção em conjunto, pode levar a uma educação mais eficaz e personalizada. A visão de que essa colaboração beneficia todos os estudantes no AEE reforça a importância de um sistema integrado, onde a comunicação aberta e o compartilhamento de conhecimentos e práticas enriquecem o ambiente escolar. Esta abordagem pode resultar em um suporte mais abrangente e ajustado às necessidades individuais, promovendo o sucesso acadêmico e social dos estudantes com Deficiência Intelectual. A implementação de um trabalho coletivo e interdisciplinar é fundamental para a eficácia do AEE, pois permite uma abordagem mais abrangente e integrada das necessidades dos estudantes.

4.2.9 Caso de Sucesso

Como última pergunta: Pode compartilhar algum caso ou exemplo de sucesso na inclusão de um estudante com Deficiência Intelectual através do AEE? Quais foram os fatores chave para esse sucesso?

“Faço parte do corpo educacional há 3 anos, sendo dois executados no AEE, nesse percurso só tive uma experiência de estudante com DI. Sendo assim, esse estudante gostava

muito da sala de recurso, pois sempre trabalha de acordo com suas especificidades, principalmente focada na sua autonomia e alfabetização, pois o estudante não era alfabetizado e um dos grandes relatos dele comigo era que “na sala de aula, eu só transcrevi pelo quadro e pronto” já que ele tinha sua vida social comprometida. Com isso, um dos principais critérios desse estudante era ser amigo dele, após isso conseguir muitos benefícios significativos para ambos mediante seu AEE. Um fato que me deixava triste era não conseguir uma devolutiva dos profissionais que ele tinha acompanhamento, pois solicitei várias vezes relatórios do estudante, porém sempre sem sucesso. Então, eu praticamente só tinha minhas observações”.

Neste caso, destaca a importância de ambientes de aprendizagem adaptativos e personalizados no AEE. A sala de recursos é apresentada como um espaço positivo e eficiente, onde o estudante pode explorar suas capacidades em um ambiente que respeita e se adapta às suas necessidades únicas. O foco na autonomia e alfabetização demonstra uma abordagem voltada para o fortalecimento das habilidades práticas e acadêmicas do estudante, essenciais para sua integração e desenvolvimento. O relato do estudante sobre a transcrição passiva em sala de aula regular ressaltava um problema comum em práticas educacionais tradicionais, que muitas vezes não oferecem o suporte necessário para estudantes com Deficiência Intelectual.

A construção de um relacionamento de confiança com o estudante, como mencionado na resposta, é um aspecto fundamental para o sucesso do AEE, onde a conexão emocional pode abrir caminhos para um aprendizado mais significativo e engajado. No entanto, a ausência de feedback e colaboração de outros profissionais envolvidos no acompanhamento do estudante é uma barreira significativa. Isso reforça a necessidade de melhorar a comunicação e a integração entre todos os profissionais que participam do AEE, garantindo um suporte mais consistente e holístico. Este exemplo sublinha a importância de um plano educacional bem coordenado e documentado, onde as observações e feedbacks são compartilhados e utilizados para otimizar as estratégias educacionais. Ou seja, o relato de um caso de sucesso baseado na construção de uma relação de confiança e na personalização do atendimento reflete as boas práticas recomendadas por Glat (2010) e Mantoan (2007). A falta de feedback de outros profissionais, no entanto, destaca a necessidade de uma maior integração e comunicação entre todos os envolvidos no processo educacional do estudante.

Baseando-se nas respostas da educadora neste questionário, é evidente uma série de desafios e oportunidades no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A falta de documentos norteadores na escola, a carência de colaboração multidisciplinar e a limitação de recursos são obstáculos significativos que afetam a prática educacional. No entanto, a disposição da educadora para adaptar suas estratégias e criar um ambiente de

aprendizagem centrado no estudante são pontos fortes que contribuem para o sucesso do AEE. Apesar das dificuldades, há um potencial considerável para melhorar a qualidade do AEE por meio de práticas colaborativas, formação continuada e planejamento estratégico, sempre com foco nas necessidades específicas dos estudantes. O sucesso do AEE depende de um sistema educacional que valorize a inclusão, a diversidade e a adaptação contínua às mudanças nas necessidades dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual revela uma série de desafios e oportunidades essenciais para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Contudo, foi identificado que, apesar das leis avançadas, ainda há lacunas na aplicação prática dessas políticas, o que impacta diretamente a qualidade do atendimento e a inclusão escolar. A necessidade de uma política institucional sólida é corroborada pela legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que estabelecem a importância de diretrizes claras para a efetividade do AEE.

A pesquisa destacou a importância da colaboração multidisciplinar, que ainda é um desafio significativo. É relevante a utilização de estratégias pedagógicas personalizadas e a adaptação de recursos, como evidenciado na prática da professora. O envolvimento da família e a criação de planos de atendimento individualizados são estratégias eficazes que permitem uma abordagem mais centrada no estudante. No entanto, a adequação dos recursos e do ambiente de aprendizagem também é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades equitativas de aprendizado.

Assim, este estudo enfatiza a importância de uma formação contínua e especializada para os profissionais que atuam no AEE. A capacitação adequada é crucial para que os educadores enfrentem os desafios específicos do atendimento e implementem práticas pedagógicas eficazes. A formação contínua deve ser direcionada para as necessidades do ensino inclusivo e novas abordagens pedagógicas, garantindo que os profissionais estejam preparados para apoiar o desenvolvimento dos estudantes.

No entanto, os casos de sucesso e as experiências compartilhadas na pesquisa mostram que, apesar dos desafios, há potencial significativo para melhorar a qualidade do AEE. A construção de um ambiente de aprendizagem inclusivo e adaptativo, aliado a uma maior colaboração e planejamento estratégico, pode levar a melhores resultados acadêmicos e sociais

para os estudantes com Deficiência Intelectual. É importante que os sistemas educacionais continuem a promover a inclusão, a diversidade e a adaptação contínua às necessidades dos estudantes, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERENCIAS

ALMEIDA, F.; PEREIRA, T. **Atendimentos clínicos e educação: perspectivas e desafios**. Brasília, 2022.

BRASIL. **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado - deficiência mental**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2020.

CARVALHO. R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

COSTA, V. A. **Políticas públicas e educação: Formação de professores e inclusão. Brasil**. In: CÚPICH, Z. J. LÓPEZ, S. L. V. CORDOVA, J. de los S. L. (Org.). **Sujeito, Educação Especial e integração**. Cidade de México, DF: Editora de Universidade Nacional Autónoma de México, 2010.

COSTA, R. **Adaptações e recursos na Educação Inclusiva. Porto Alegre**: Editora DEF, 2024.

FERREIRA, C. A. de M.; ALVES, C. N. A. **Imagem e o esquema corporal do sujeito com necessidades especiais**. In: FERREIRA, C. A. de M.; RAMOS, M.I.B. **Psicomotricidade: Educação especial e inclusão social**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2009.

FIGUEIREDO, R.V.; POULIN, J. R.; GOMES, A. L. L. **Atendimento educacional especializado do estudante com Deficiência Intelectual**. São Paulo: Moderna, 2010.

FLICK, U. **Métodos de Pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HONORAM.; FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

KASSAR, M. C. M. **Práticas de Educação Inclusiva: interfaces e desafios**. Campinas: Autores Associados, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, V.; ROCHA, P. **Políticas de inclusão na educação**. Recife: Editora MNO, 2024.

MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva-Orientações pedagógicas. In: FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de Marillac P. MANTOAN, Teresa Eglér (org). **Atendimento educacional especializado**. – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Editora Vozes Limitada, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 7. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MILLS, N. D. **A educação da criança com Síndrome de Down**. In: schwartzman, J. S et al. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.

MIRANDA, A. **Educação Inclusiva e direitos humanos**. São Paulo: Editora XYZ, 2022.

OLIVEIRA, A. F. **A educação especial no Brasil: um estudo histórico**. In: ARAÚJO, J. S. (Org.). *Educação inclusiva: políticas e práticas pedagógicas*. 2. ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 2004. p. 63-85.

OLIVEIRA, A. A. S. **Deficiência Intelectual: os sentidos da cultura, da história e da escola**. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual – Ciclo II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: SME/DOT, 2012.

RODRIGUES, C. A. S. O papel do Atendimento Educacional Especializado na inclusão escolar. **Revista Mais Educação**, v. 3, n. 2, p. 24-30, 2021.

SANTOS, L. **Integração escolar e necessidades especiais**. Belo Horizonte: Editora GHI, 2023.

SANTOS, J. F.; CAVALCANTE, T. C. F. **O uso da comunicação alternativa para a alfabetização de uma criança com Deficiência Intelectual**. Perspectiva: Humanas, 2023.

SILVA, J.; OLIVEIRA, M. **Necessidades educativas especiais: abordagens e práticas**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2023.

VIEIRA, A. B.; RAMOS, I. O.; SIMÕES, R. D. Inclusão de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. **Educação e Pesquisa**, v. 44, e180213, 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.